

RESERVA *Documentos e testemunhas confirmam denúncia de pataxó; senador não nega distribuição de títulos*

ACM deu terra de índio a fazendeiros

Lula Marques - 13.abr.2000/Folha Imagem



O índio suruí Henrique Ibaday aponta flecha para o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)

Cacique diz sofrer ameaça de morte

da Sucursal de Brasília

O cacique Nailton Pataxó, um dos líderes do movimento que contestou as comemorações dos 500 anos do Brasil, disse que foi ameaçado de morte por policiais militares da Bahia.

"Eu sei que vou morrer", disse o cacique da tribo pataxó há-hã-hã, no último dia 13, quando centenas de índios promoveram uma manifestação em Brasília.

A ameaça, segundo Nailton Pataxó, estaria relacionada aos incidentes ocorridos em novembro do ano passado, quando dois PMs foram baleados e mortos durante um confronto com índios que bloqueavam uma estrada na reserva Caramuru-Paraguaçu.

Até a conclusão desta edição, o comando da PM baiana não foi

localizado para comentar a acusação. A PM estava no local para desalojar os pataxós, que haviam ocupado 14 fazendas na reserva.

Atualmente, os índios ocupam menos de 4% da área total da reserva, de cerca de 54 mil hectares.

A área só não está inteiramente nas mãos de fazendeiros porque, a partir de 1982, os pataxós promoveram invasões para retomar as terras que consideram suas.

A primeira área ocupada foi justamente a antiga sede do posto indígena que funcionava na região. Em 1982, o local estava transformado em sede da fazenda São Lucas, de 1.079 hectares.

Segundo relatório da Funai sobre os conflitos na área, entre os índios que reocuparam a reserva estava um grupo que retornava da fazenda Guarani, em Minas.

Localizada no município de Carmésia, a fazenda foi utilizada desde a década de 30 como uma espécie de presídio de índios envolvidos em conflitos de terras.

Nos últimos tempos, a Funai tem procurado fazendeiros interessados em sair da reserva em troca de indenização pelas benfeitorias realizadas. Mas o órgão não tem recursos para indenizar todos os ocupantes.

A ação que pede a nulidade dos títulos de propriedade deve ser julgada em breve pelo STF. Mesmo que os índios sejam vitoriosos, é provável que os conflitos na região continuem, pois os fazendeiros não aceitam deixar o local sem indenização. Segundo a Igreja Católica, 12 índios já morreram nos últimos 11 anos em razão de conflitos na área.

DANIEL BRAMATTI
da Sucursal de Brasília

O índio Henrique Ibaday, da tribo suruí, ganhou notoriedade instantânea no último dia 13 ao apontar uma flecha para o rosto do presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e exigir a aprovação do Estatuto das Sociedades Indígenas pelo Congresso.

O gesto de Ibaday acabou desviando as atenções do discurso feito na ocasião pelo cacique Nailton Pataxó, cujo ataque — verbal — a ACM foi certeiro.

Diante de cerca de 300 índios e do próprio senador, o cacique acusou ACM de ter distribuído títulos de propriedade a fazendeiros que ocupam irregularmente a reserva indígena Caramuru-Paraguaçu, no sul da Bahia.

Documentos da Funai e testemunhos ouvidos pela *Folha* comprovam que ACM promoveu a titulação de terras indígenas entre 1978 e 1982, quando foi governador da Bahia pela segunda vez.

Em 1982, a Funai entrou na Justiça para anular os títulos e remover 390 fazendeiros que ocupavam praticamente toda a reserva. Passados 18 anos, o processo ainda aguarda julgamento pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

Benigno Azevedo, um dos fazendeiros agraciados por ACM, disse à *Folha* que recebeu os títulos em cerimônia feita em praça pública, no município de Pau

Brasil, sul da Bahia (veja quadro abaixo).

"ACM deu títulos para mais de cem. Foi duas ou três vezes a Pau Brasil", afirmou. Segundo Azevedo, não há índios na área. "Isso (sustentar que há tribos na região) é coisa do PT, da CUT, da igreja, dos sem-terra", afirmou.

Raimundo Alves dos Santos, também beneficiado, disse que recebeu o título de sua terra depois de mandar cartas a ACM — a quem considera "um amigo". O fazendeiro cria gado em uma área de cerca de 1.500 hectares.

O advogado Pacífico Ribeiro, que escreveu um livro sobre o conflito na área, contabiliza, entre seus clientes e ex-clientes, 15 que receberam títulos de propriedade do então governador Antonio Carlos Magalhães.

A prática, segundo o advogado, não foi inaugurada na gestão ACM. "Há títulos até da década de 20", afirmou.

Manobra anterior

De fato, a titulação sistemática das terras indígenas começou no governo de Roberto Santos, antecessor de ACM no governo baiano. Ele alegou que as terras eram devolutas (abandonadas) e começou a legalizar a situação de arrendatários e posseiros que estavam dentro da reserva.

A Funai afirma que os índios nunca abandonaram completamente a reserva, criada em 1926, apesar de sofrerem um paulatino

processo de expulsão durante décadas seguidas.

Os fazendeiros começaram a se instalar no interior da reserva logo depois da sua criação. O próprio SPI (Serviço de Proteção ao Índio), órgão federal que antecedeu a Funai, assinou contratos de arrendamento das terras.

Os arrendatários acabaram se instalando em definitivo ou vendendo a posse para terceiros. Agora, os índios reclamam a posse dessas terras.

Outro lado

Ouvido pela *Folha*, o senador Antonio Carlos Magalhães disse que não lembra se distribuiu os títulos em seu governo.

"Ignoro. Assinei dezenas de milhares de títulos quando era governador. Não acredito ter assinado. Se assinei, foi por erro de alguém que me passou."

Depois, o senador se declarou "responsável por todos os atos" de seu governo.

"Se fiz, foi por ter a convicção de que era o melhor a ser feito. Não vou ficar agora na bajulação de índio só porque está na moda", afirmou.

ACM também foi ouvido pela *Folha* no último dia 13, após a ameaça com flecha e a acusação do cacique Nailton Pataxó de que havia distribuído títulos de propriedade de terras pertencentes à reserva indígena.

Na ocasião, o senador não quis comentar o assunto.

